



RACISMO INSTITUCIONAL, DISCURSOS AUTORITÁRIOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE REALIDADE EDUCACIONAL DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

Benedito Bonate Besse¹
Midana Cá²
Roque Do Nascimento Albuquerque³

RESUMO

O presente trabalho coloca-se como desafio compreender os discursos racistas que se espriam no âmbito universitário e que se tornam naturalizadas nas práticas discursivas cotidianas de professores e estudantes em relação aos estudantes negros ou os que adentram nessa universidade, apesar de ser uma universidade diversa e negra, que em seu contingente de estudantes têm a sua maioria negra e africanos, os discursos ditos democráticos colocam-se ainda à volta da exclusão, discriminação e xenofobia que estamos submersos diariamente e que excluem e criminalizam os estudantes negros e africanos. Por isso, a pesquisa objetiva analisar os discursos racistas presentes no ambiente universitário a partir da análise dos discursos de professores e alunos dos cursos de graduação da Unilab, na perspectiva de compreender a cristalização dos discursos autoritários, racistas, xenofóbicos que são dissimulados nos discursos democráticos propagados no cotidiano da Unilab. Para empreender essa pesquisa, optou-se pela análise do discurso como metodologia e os critérios de reversibilidade e polissemia para compreensão do objeto de investigação. Então dizer que a forma como um discurso é produzido, proferido, recebido e interpretado está ligado a certo tipo de funcionamento discursivo. Ao propor a sistematização destes tipos, Orlandi (1990) utilizou os critérios de reversibilidade e polissemia que, por sua vez, baseia-se na multiplicidade de significados em torno do discurso atribuídos por seus interlocutores. Após análise empreendida, os resultados apontam de forma direta para a compreensão dos discursos racistas, xenofóbicos e autorizados, produzidos no âmbito acadêmico. Diante disso, o trabalho aponta para uma necessidade e perspectiva de enfrentar a reprodução desses discursos para a construção e práticas educativas “antirracistas” na Unilab, apresentando, assim, as contribuições para a implementação das políticas de ações afirmativas presentes na resolução CONSUNI 40/2021.

Palavras-chave: Discursos autoritários; educação superior; estudantes negros ou africanos; UNILAB.

Palavras-chave: Discursos autoritários; educação superior; estudantes negros ou africanos; Unilab.

Unilab, Palmares, Discente, beneditobesse@aluno.unilab.edu.br¹

USP, Butantã, Discente, midanacaamigodejesus1@aluno.unilab.edu.br²

Unilab, Liberdade, Docente, roadry.albuquerque@unilab.edu.br³



INTRODUÇÃO

O racismo é uma ideologia excludente que marginaliza a partir de um teor autoritário e antidemocrático nas relações entre pessoas e grupos, e se apresenta desde as estruturas de governo e nas formas de organização dos Estados até nas microrrelações entre os indivíduos nas sociedades humanas. Ou seja, trata-se de um fenômeno de abrangência ampla e complexa que penetra e participa da cultura, da política e da ética. Para isso, requisita uma série de instrumentos capazes de mover os processos em favor de seus interesses e necessidades de continuidade, mantendo e perpetuando privilégios e hegemonias.

Nessa investigação, nos atentamos a compreender o racismo institucional como fonte autoritária de discriminação, disseminação do ódio e que muitas vezes se disfarça de discurso democrático por parte daqueles que praticam o racismo. O racismo institucional é a discriminação que ocorre em instituições públicas ou privadas que, de forma direta ou indireta, promove a exclusão ou o preconceito racial. Em empresas, por exemplo, o fato de haver um número muito menor de negros em cargos de gestão é um forte indício de racismo institucional.

Neste âmbito, procuramos compreender o racismo institucional na Unilab, sendo uma universidade internacional e da integração afro-brasileiro, partindo do viés da análise dos discursos de professores e alunos. São poucos os estudantes negros nas universidades brasileiras e quando examinamos o número de o(a) s professore(a)s negro(a)s nestes ambientes, principalmente nos cargos de chefias ou nos serviços essencial há um embranquecimento da atuação do serviço público brasileiro. Devemos ainda, considerar que as universidades se constituíram e se consolidaram como espaços institucionais brancos e que muito recentemente pelas ações afirmativas temos vislumbrado concretamente a reparação histórica a esses grupos sociais. o racismo institucional é um dos mecanismos pelo qual o racismo estrutural se reproduz e manifesta seu poder de manutenção de privilégios brancos em detrimento da existência negra.

O discurso, aparentemente, pode até nem ser nada de por aí além, mas, no entanto, os interditos que o atingem, revelam, cedo, de imediato, o seu vínculo ao desejo e ao poder. E com isso não há com que admiramo-nos: uma vez que o discurso — a psicanálise mostrou-o —, não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objeto do desejo; e porque — e isso a história desde sempre o ensinou — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos (FOUCAULT, 2006, p. 8). Assim, consideramos a proposta de Orlandi (1990), ao ponderar a noção de discurso produzido, proferido, recebido e interpretado, assim, utilizou os critérios de reversibilidade e polissemia que, por sua vez, baseia-se na multiplicidade de significados em torno do discurso atribuídos por seus interlocutores. Por isso, optamos pela análise do discurso para realização deste trabalho e para obtenção dos dados foram lidos os trabalhos sobre análise do discurso e foram feitas entrevistas na modalidade presencial e através do google formulário.

Ao analisar os dados obtidos, compreende que os informantes confirmam a existência do racismo na Unilab e manifesta em diversas pessoas e setores, contudo os índices elevados demonstram que esses discursos se dão pelos professores e alunos. A base disso, o presente trabalho destaca a importância de uma educação inclusiva e tolerância racial nessa instituição que parece majoritariamente negra, mas também aponta para uma necessidade de implementação das políticas afirmativas nas resoluções presentes de CONSUNI 40/2021.

METODOLOGIA

Para empreender essa pesquisa, optamos pela análise do discurso como metodologia para compreensão do objeto de investigação, podemos então dizer que a forma como um discurso é produzido, proferido, recebido e interpretado está ligada a certo tipo de funcionamento discursivo. Ao propor a sistematização destes tipos,



Orlandi (1990) utilizou os critérios de reversibilidade e polissemia. O critério de reversibilidade se refere à interação entre os interlocutores, isto é, quanto maior esta interação e a troca de papéis entre locutor e receptor, maior a reversibilidade. O critério de polissemia, por sua vez, baseia-se na multiplicidade de significados em torno do discurso atribuídos por seus interlocutores.

O discurso, por sua vez, é concebido como local onde as práticas sociais são materializadas na linguagem, uma vez que ele dispõe de formas de apropriação pelo indivíduo falante, do universo da língua, implicando a participação do sujeito na linguagem (ORLANDI, 1983).

Ainda Orlandi (1994, p. 56) define ideologia “como o imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existências” sendo ela “constitutiva da relação do mundo com a linguagem” e condição para esta relação. Ela também destaca que o pensamento de Pêcheux é singular devido ao lugar particular que ele dá à língua em relação à ideologia que é tratada no domínio do “interdiscurso”, ou seja, na relação do discurso com outros discursos que o antecedem ou sucedem (ORLANDI, 1995). É nesse lugar que a ideologia se relaciona com a produção de sentidos (FOUCAULT, 2006).

Assim, a construção de qualquer discurso apresentará como base a formação ideológica de seu enunciador. No processo de contínuo confronto, os grupos que compõem a sociedade produzirão e reproduzirão em seus discursos as relações de antagonismo, cooptação e dominação. Esta opção metodológica contribuiu significativamente para a compreensão da realidade pesquisada e para registrar as concepções, visões e percepções dos professores acerca do tema pesquisado.

Sendo sujeito de todo o processo investigado, como a história das relações dos sujeitos vai sendo tecida. Porém, aqui reconhecemos que o maior desafio foi saber trabalhar o envolvimento e a subjetividade, enquanto pesquisadores, e manter um necessário distanciamento que requer qualquer trabalho científico.

Desta forma, tentamos compreender as dimensões importantes do cotidiano acadêmico entre elas: as relações construídas pelos agentes da instituição escolar e os fatores socioculturais mais amplos que afetam a dinâmica da formação nas relações estabelecidas na Universidade que se apresentam através das práticas racistas e do discurso de ódio e de intolerância à diferença. Assim, concordando com Boas (1981), uma das principais responsabilidades do pesquisador é articular seus conhecimentos com as aplicações concretas da vida cotidiana dos alunos e professores. Neste caminho a reflexão do pesquisador se dá em um nível mais geral, sem perder de foco as relações

mais profundas em que os sujeitos estão envolvidos.

Para Souza Martins (1997), esta técnica de investigação poderia ser também chamada de pedagogia investigativa, pois a pesquisa proposta foi se construindo a partir das perguntas feitas pelo grupo estudado. Desse modo, o grupo também tem a possibilidade de formular suas próprias indagações e compreender os acontecimentos de que é protagonista. Este processo permite perceber as relações de poder e alteridade estabelecidas no campo acadêmico, em um jogo social marcado pela naturalização e aceitação da contradição e das imposições autoritárias do modelo de universidade tradicional, no silenciamento das vozes pedagógicas e pela pactuação com a imposição da produtividade mercantil para a formação dos intelectuais/profissionais na universidade atual.

Há de se reconhecer que o discurso está relacionado à sua própria produção, pois “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2006, p. 08). Ao dizer isso, quero afirmar que meu discurso não é a verdade, é um discurso produzido a partir de toda a seleção provisória daquilo que devemos dizer e aquilo que é dito como apoderamento e controle do próprio discurso que faço ao longo deste texto. Diante destas fontes, foram formados dois grupos discursivos: o/a professor/a e o/a aluno/a, em que



todo o conjunto de dados empíricos foram convertidos em objetos teóricos, para que, então, a análise pudesse ser realizada. Esta conversão, é uma etapa essencial do trabalho do analista de discurso, se procedeu na identificação, dos discursos coletados, de trechos, frases ou palavras que pudessem ser entendidos como gestos de interpretação e agrupados em categorias de acordo com as similaridades entre eles.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na realidade brasileira, o racismo existe há muito tempo, desde a escravidão, e, infelizmente, parece estar longe do fim. Prova disso é que, ainda hoje, convivemos diariamente com práticas racistas que marginalizam e causam a morte do negro/a. Assim, no Brasil o racismo teve suas raízes na escravidão - a qual durou mais de três séculos -, sendo um dos últimos países do mundo a abolir essa prática. Mesmo após a abolição da escravidão, mediante a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, a população negra permaneceu marginalizada e com o acesso ao trabalho distribuído de forma desigual, cabendo a esse segmento, na maior parte das vezes, a ocupação de posições subalternas. Tem-se uma construção do racismo de forma histórica e o Estado contribui para a manutenção das iniquidades quando não institui políticas públicas que promovessem a equidade racial e social. Então, nesta perspectiva, somente por volta de 2000 é que é aprovada a política de ação afirmativa, visando diminuir as desigualdades sociais e econômicas entre brancos e negros. A implementação desta política para negros se fortaleceu por meio da denominada Lei de cotas, nº 12.711/2012, sancionada em 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012).

Considerando o corpus de análise, a entrevista feita com 44 (quarenta e quatro entrevistados) dentro os quais 30 (trinta) são estudantes de graduação de diferentes nacionalidades e cursos, 14 (catorze) entrevistados são professores e técnicos, ambos da Unilab-CE. No que concerne ao racismo, 93,3% dos estudantes confirmaram a sua existência, e entre professores e técnicos 91,9% confirmaram a existência do mesmo. Isso confirma o que afirmamos que há racismo nas instituições do ensino público.

Os informantes entendem, por maioria, que racismo é uma estrutura social e cultural de classe com ideais preconceituosas e de superioridade que parte de julgamento pela raça das pessoas, então, esse ato caracteriza-se pela discriminação, desrespeito, menosprezo e exclusão social pela cor de pele do outro. Ainda existe confirmação desses que há práticas discursivas racistas na Unilab, então, muitos continuam desrespeitando a Lei de cotas, nº 12.711/2012.

Também, constatamos, de acordo com os entrevistados, de que dos 30 (trinta) informantes foram 60% dos estudantes que afirmaram que conhecem as pessoas que já sofreram com a prática do racismo, e dos 14 (catorze) entre os professores e técnicos, 85,7% confirmaram que conhecem as que já sofreram essa prática. E dos estudantes que já vivenciaram esse ato, encontramos 46,7%, e 42,9% dos docentes que passaram por este ato.

Os dados ainda revelam que prática acontece majoritariamente entre os professores e alunos, porque os discentes afirmaram que vivenciaram estas práticas com professores que corresponde a 58,3%, entre os seus colegas corresponde a 25% e em outro departamento dessa universidade, os dados revelam 16,7% dos que afirmaram ter vivido isso. Entretanto, os professores e técnicos afirmaram que aconteceu com eles com os estudantes, pois 57,1% foi com alunos, 28,6% entre os professores e 14,3% em outros departamentos.

Ao serem perguntados se conhecem as pessoas que sofrem ou já sofreram a prática do racismo, 85,7% dos docentes afirmaram que sim e 14,3% disseram o contrário. Enquanto 60% dos discentes afirmaram ter conhecido as pessoas que passaram por esta situação e 40% desconhecem.

Quanto à prática xenofóbica, 54,2% dos alunos disseram que vivenciaram essa prática na Unilab e 45,2% disseram que não chegaram a vivenciar isso. Enquanto 64,3% dos professores confirmaram a vivência desta prática e os 35,7% disseram o contrário. Dentre os docentes, 28,6% deles vivenciaram ou souberam de casos



de intolerância nesta instituição e os 71,4% não vivenciaram e ou desconhecem deste ato. E dos discentes, 33,3% afirmaram ter vivenciado ou souberam de casos de intolerância, enquanto que os 66,7% desconhecem ou não chegaram a vivenciar este ato.

Os dados mostram que ainda há práticas discursivas que tentam apagar o outro, a partir de discursos ditos democráticos que se colocam ainda à volta da exclusão, discriminação e xenofobia que estamos submersos diariamente e que excluem e criminalizam os estudantes negros e africanos.

Desta forma, prevalece o processo de contínuo confronto, os grupos que compõem a sociedade produzem e reproduzem em seus discursos as relações de antagonismo, cooptação e dominação. Assim, a construção de qualquer discurso apresenta como base a formação ideológica de seu enunciador. Portanto, percebe-se que a prática do racismo é muito vivida na UNILAB no seu dia-a-dia.

CONCLUSÕES

No presente trabalho, foram abordados vários aspectos que se verificam na UNILAB sobre o racismo. Realmente, conseguimos os dados suficientes para a análise chegar-se a uma conclusão que ainda existe racismo no Brasil, tomando a Unilab como exemplo concreto. Por conseguinte, esta investigação pode contribuir para dismantlar o comportamento antirracista e preconceituoso que se encontra entre professores, alunos e demais funcionários dos quais fazem parte da mesma instituição.

Os dados que foram analisados revelam que há muitas práticas discursivas que se configuram como ato da exclusão, discriminação e xenofobia, constatando isso, a partir dos informantes que confirmam a existência do racismo na Unilab que manifesta em diversas pessoas e sectores, contudo os índices elevados demonstra que esses discurso dão-se pelos professores e alunos. Destarte, a presente investigação destaca a importância de uma educação inclusiva e de tolerância racial nessa instituição que parece majoritariamente negra, contudo aponta para uma necessidade de implementação das políticas afirmativas às resoluções presentes de CONSUNI 40/2021.

AGRADECIMENTOS

É com grande entusiasmo de ter esse momento de poder elaborar um trabalho árduo como este. Deus obrigado por tudo! Somos gratos à UNILAB pelo financiamento da pesquisa intitulado Racismo institucional, discursos autoritários na educação superior: um estudo sobre realidade educacional da universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Tecnológica (Pibiti). Assim sendo, agradecemos por esta oportunidade de poder contribuir com esta discussão da nossa atualidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao//asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6734509. Acesso em: 21 set. 2020.
- BRASIL. MEC. Lei 11.465/2008. Altera a Lei 9.394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e cultura afro-brasileira e indígena. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, 29 mar. 2007, p. 01. Edição extra. Disponível em: . Acesso: 23 jun. 2009.
- BRASIL. LEI nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:



Não
Ouvim
No Sil, Olu
**IX SEMANA
UNIVERSITÁRIA**



http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. *Cultura Negra e Educação*. *Revista Brasileira de Educação*. Maio/Jun/Jul/Ago 2003.

GOMES, Nilma Lino. *Diversidade e currículo*. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. (Orgs). *Indagações sobre diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação, 2007, p. 17-47.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*, Campinas: Pontes, 1990.